

DISCERNIMENTO MORAL SOBRE A GUERRA CONTRA O IRAQUE NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO

*Prof. Dr. Pe. Marcos Mendes de Oliveira**

Resumo: Nosso artigo é sobre a Guerra preventiva contra o Iraque, iniciada em Março de 2003. Inicialmente, apresentamos a situação histórica que levou ao desenlace para o início da guerra. Em seguida fazemos o nosso juízo moral a partir dos critérios da Teoria da Guerra Justa e dos Ensinos de João Paulo II. Incluímos também as controvérsias de teólogos a favor do uso da força contra o Iraque. Ao final, apresentamos nossa leitura, considerando que, embora o conflito tenha sido considerado dentro de um contexto de guerra contra o terrorismo, localizamo-lo especificamente dentro de um conflito de um Estado contra outro.

Palavras-Chave: Guerra Preventiva, Guerra Justa, Iraque, Agressão, João Paulo II, ONU.

Abstract: This study is about the preventive war against Iraq, started in March 2003. We present firstly the historical situation which one set off the war. The moral judgement about this preventive war is elaborated on the principles of the Theory of the Just War, as well as on Pope John Paul II Teaching. At the end, we present our view, considering that, although the assertions of this war may be included in the new context against terrorism, our study is connected with the specific conflict of one State against another.

Key-words: Prevent War, Just War, Iraq, aggression, John Paul II, UN.

Introdução

Já são três anos de guerra contra o Iraque, após o seu início em 19 de março de 2003. Apesar de ser uma guerra distante do nosso território físico é uma guerra que tem a ver com nossa realidade, porque diz respeito à vida no mundo, e somos chamados, como samaritanos, a olhar para os que estão na beira da estrada, para os que estão caídos por causa dos males da guerra.

Nossa reflexão divide-se em dois momentos principais: um que diz respeito aos dados históricos que levaram à guerra contra o Iraque e outro momento com uma análise a partir da teologia moral através de um dos seus instrumentos de trabalho que é a Teoria da Guerra Justa.

Sobre a primeira parte, voltamos um pouco atrás nos dados históricos, para podermos conhecer um pouco mais da história desse país, que pode ser para nós um grande desconhecido, considerando que os dados ligados à formação desse país e da presença colonial no seu território podem indicar-nos luzes sobre o conflito atual.

Sobre a segunda parte, embora a Teoria da Guerra Justa seja considerada por tantos como antiquada e superada, a mesma foi utilizada por muitos teólogos para debater sobre a sua legitimidade ou não, sendo utilizada até mesmo pelos governos para estabelecer uma possibilidade ou não de legitimidade. O nosso interesse de tomar uma análise a partir da Teoria da Guerra Justa diz respeito a uma questão política, que é a legitimidade das ações dentro do contexto internacional. Por mais superado que esteja o fato da legitimidade ou não dessa guerra, os discursos sempre vêm carregados de justificativas de ser justa ou não, remetendo-nos de alguma maneira à teoria que ao longo dos tempos tem servido como instrumental do controle ou não da força (aqui entendida como o uso por parte de um Estado para agir militarmente).

Com o auxílio dos critérios da Teoria da Guerra Justa e com o Ensino do Papa João Paulo II realizamos a leitura da teologia

moral sobre o assunto, fazendo emergir a nossa compreensão sobre a questão da legitimidade no conflito indicado.

1. Um olhar sobre a história do Iraque até ao início do atual conflito

1.1. A formação do Estado iraquiano

Quando, em 1914, os britânicos invadiram a Mesopotâmia, o objetivo inicial não era criar um Estado. Era garantir a própria posição no Golfo. Mas o avanço militar alimentou uma perspectiva mais ampla e, em 1918, a invasão foi estendida para o território, que hoje forma o Iraque¹. Os ingleses, depois de promoverem uma guerra violenta contra Bagdá e conquistá-la em março de 1917, declararam ao povo local que chegaram à cidade não como conquistadores ou como inimigos, mas como libertadores².

Existiam compreensões inglesas diferentes de como se deveria conduzir o domínio na região. De um lado, um grupo que defendia um recurso extremo de domínio em diversos setores, numa compreensão de «microtecnologia do poder», e de outro lado, uma visão de dominação menos militarizada, mantendo os interesses de Londres na região. A formação do Estado iraquiano veio sob a égide da segunda forma de pensar, forçada pela opinião pública que não favorecia os excessivos gastos militares³.

Um exemplo da época de uso de repressão por parte dos ingleses encontra-se no capitão de esquadra Arthur Harris, quando bombardeava o Iraque. Era muito hábil nesta tarefa, sendo o criador do método de transformar aviões de transporte em pesados bombardeiros para lançar sempre mais bombas. A técnica era utilizada pelo mesmo contra os tetos de palhas dos vilarejos, onde

¹ Cf. C. TRIPP, «Lezioni di una storia coloniale dimenticata», em *Le Monde Diplomatique – Il Manifesto*, 1.2003, 12.

² Cf. H. LAURENS, «Come è avvenuta la prima spartizione del Medioriente», em *Le Monde Diplomatique – Il Manifesto*, 4.2003, 12.

³ Cf. Sobre o assunto ver: P. SLUGLETT, *Britain in Iraq 1914-1932*, Ithaca Press, London 1976.

afirmava que seus ataques não possibilitavam a resistência por parte dos árabes e curdos, nem a fuga dos civis⁴.

Quando os curdos se levantaram contra os ingleses, os indianos, que lutavam com os ingleses, se posicionaram contrários ao uso de gás contra os curdos, porque na época isso significava o uso do pior tipo de armas. Winston Churchill deu seu parecer:

«Não compreendo todo este monte de escrúpulos sobre gás. Eu sou muito favorável ao uso de gás venenoso contra as tribos selvagens [...] Não é necessário usar somente gases mortíferos: podemos utilizar aqueles que provocam distúrbios agudos e espalham um grande terror, contanto que não deixem grandes efeitos permanentes sobre a maior parte golpeada [...] Em nenhum caso, podemos nos permitir renunciar a utilização de qualquer tipo de arma disponível para obter um rápido controle da desordem em nossas fronteiras. Servirá para salvar vidas britânicas. Nós usaremos todos os meios que a ciência nos coloca à disposição»⁵.

Depois da repressão do povo local, os britânicos estudaram uma forma de conduzir uma nova administração com membros locais, e perceberam que a maioria formada de sunitas e curdos era bastante rebelde ao domínio britânico, para confiar-lhes uma administração pragmática voltada para os interesses ingleses. O novo governo estava estabelecido com duas grandes características: forma autoritária da nova classe de governo e afastamento das decisões políticas da grande maioria da população⁶.

⁴ Cf. SAWARD, *Bomber Harris – the authorized biography*, Sphere Books, London 1984; C. MESSENGER, *'Bomber' Harris and the strategic bomber offensive 1939-1945*, London 1984; P. A. TOWLE, *Pilots and rebels – The use of aircraft in unconventional warfare 1918-11988*, London 1989 citados em S. LINDQVIST, *op. cit.*, 94. A metodologia ensaiada no Iraque é posteriormente aplicada de forma mais radical pelo mesmo Harris contra os civis de Dresden, Alemanha, na 2ª GGM.

⁵ J. PILGER, *I nuovi padroni del mondo*, Fandango, Roma 2002, 66; N. CHOMSKY, *Dopo l'11 settembre – potere e terrore*, Marco Tropea Editore, Roma 2003, 123-124.

⁶ Cf. C. TRIPP, *op. cit.*, 13.

1.2. *Abd al-Quassim*

Em 1958, a monarquia colocada pelos ingleses foi derrubada em uma revolta popular guiada por Abd al-Quassim⁷. O novo regime iraquiano teve que enfrentar uma série de problemas, interna e externamente.

Na época, vinte e uma famílias controlavam cinquenta e seis por cento do capital privado comercial e industrial, sendo que o petróleo estava controlado pelas nações estrangeiras através da *Iraq Petroleum Company*⁸, da qual os Estados Unidos eram o principal acionista. Uma das ações do novo governo foi a nacionalização do petróleo. Para al-Quassim a divisão feita no acordo Sykes-Picot, prejudicava o Iraque quando separou o Kuwait do mesmo, e reivindicava sua reanexação. Idealizou e organizou a OPEP, que seria uma organização para defender os interesses dos países produtores de petróleo. Por causa de suas ações, os Estados Unidos ameaçaram o país com sanções⁹.

1.3. *Saddam Hussein*

Saddam Hussein¹⁰ vai emergir no cenário iraquiano como um opositor a Quassim. Em 1959, Saddam participou de uma forte rebelião contra o mesmo, que foi ferido durante o ataque. O golpe faliu, e Saddam foi forçado a fugir para a Síria, depois para o Egito¹¹.

Os anos entre 1963 e 1968 foram particularmente caóticos no Iraque. Um outro golpe de Estado sustentado pela CIA e por grupos

⁷ Cf. Sobre o argumento ver: H. BATATU – J. BATATU, *The old social classes and revolutionary movements of Iraq, a study of Iraq's old landed and commercial classes and its communists, ba'athists and free officers*, Princeton University Press, Princeton 1978.

⁸ Cf. T. ALI, *Bush in Babilonia*, Fazi Editore, Roma 2004, 192, nota 4.

⁹ Cf. *Ibidem*, 67.

¹⁰ Cf. S. R. SHALOM, «A Saddam Cronology», em *Znet*, 15.12.2003, URL <http://www.zmag.org/content/showarticle.cfm?SectionID=15&ItemID=4685>.

¹¹ Cf. W. R. PITT, *Guerra all'Iraq*, Fazi Editore, Roma 2002, 26.

desfavoráveis ao novo governo derrubou Quassim¹², levando Saddam Hussein ao poder. No golpe de 1963 foram mortas cerca de cinquenta mil pessoas, incluindo mulheres grávidas e anciãos, com o objetivo de dizimar a classe intelectual do Iraque. Saddam estava envolvido na tortura de expoentes da esquerda nas diversas prisões. Está registrada a sua participação nessas torturas e assassinatos de pessoas da lista que foi elaborada pela CIA. Saddam aceitou se livrar dos comunistas e dos seus aliados em troca do apoio da CIA no golpe contra Quassim, que também foi assassinado¹³.

O Partido *Ba'ath*¹⁴, do qual Saddam Hussein era membro, assumiu por um breve tempo o controle do país. Em 1968, Saddam liderou uma nova revolta, que fez do general Ahmed Hassan Bakr o novo líder do Iraque. O partido *Ba'ath* tinha finalmente o controle do país e Saddam foi nomeado vice-presidente. Nessa posição de poder, Saddam desenvolveu uma vasta rede de polícia secreta, concebida para aniquilar e exterminar os dissidentes¹⁵.

1.4. A Guerra entre Irã e Iraque

O período em que Khomeini subiu ao poder coincidiu com o período em que Saddam derrubava o general Bakr e assumia o pleno controle do Iraque, passando a perseguir e a matar os seus adversários, particularmente aqueles do partido *Ba'ath*. A ascensão de Saddam ao poder foi vista como possibilidade de oposição ao Irã, segundo os Estados Unidos, levando a uma solicitação pública de o Iraque atacar o Irã para reconquistar a via d'água do Shatt-al-Arab¹⁶.

Nesse período vai acontecer uma mudança no relacionamento entre Iraque e Estados Unidos, que vai armando e mantendo o

¹² Cf. D. MORGAN, «Ex-U.S. Official Says CIA Aided Baathists», em *Reuters*, 20.4.2003, URL <http://www.commondreams.org/headlines03/0420-05.htm>.

¹³ Cf. T. ALI, *op. cit.*, 77-90.

¹⁴ Cf. Sobre o partido iraquiano: A. BARAM, *Culture, history and ideology in the formation of Ba'athist Iraq, 1968-89*, St. Martin's Press, New York 1991.

¹⁵ Cf. W. R. PITT, *op. cit.*, 26-27; T. ALI, *op. cit.*, 79-107.

¹⁶ Cf. *Ibidem*, 29.

regime de Saddam Hussein¹⁷. Em 1982, o Iraque foi retirado da lista que apoiava o terrorismo. Em 1984, os EUA restabeleceram as relações diplomáticas com o Iraque e praticavam uma ajuda mútua entre os serviços de inteligência com o exército de Saddam. A ajuda americana compreendia o fornecimento ao Iraque de armas potentes e de imagens via satélite das ações das tropas iranianas, a assistência tática das batalhas, dos ataques aéreos e avaliações dos danos depois dos bombardeios¹⁸.

O governo Reagan sabia claramente que Saddam estava usando armas químicas contra o Irã, mas mesmo assim continuava a fornecer esse tipo de arma ao Iraque, apesar da discordância e das denúncias de alguns membros do serviço secreto e de funcionários do governo americano. No início de 1988, o exército iraquiano, ajudado pela inteligência americana, reconquistou o acesso ao Golfo Pérsico, com o uso de armas químicas e mísseis balísticos. Os EUA agiam com apoio de diversos países, dentre os quais Grã-Bretanha, França, Egito e Jordânia¹⁹.

Em 16 de março de 1988, Saddam utilizou armas químicas contra os curdos em Halabja, mas com uma ação condenada com força por parte de funcionários dos Estados Unidos. Famílias completas foram dizimadas, as estradas foram cobertas de cadáveres de homens, mulheres e crianças. Outras formas de vida foram atingidas: cavalos, gatos, bois foram aniquilados. Considera-se que 50.000 pessoas foram massacradas. A cidade foi bombardeada com mistura de armas de destruição em massa, incluindo gases mostarda, sarin, tabun e VX. Essa ação confirmou que o Iraque possuía uma dúzia de armas químicas e biológicas, incluindo antrax e armas biológicas com capacidade de provocar conjuntivites, hemorragias, gastroenterites e diarreias em crianças²⁰.

¹⁷ Cf. N. M. AHMED, *Dominio – La guerra americana all'Iraq e il genocidio umanitario*, Fazi Editore, Roma 2003, 38.

¹⁸ Cf. W. R. PITT, *op. cit.*, 31.

¹⁹ Cf. N. M. AHMED, *op. cit.*, 39.

²⁰ Cf. C. GOSDEN – M. AMITAY – D. GARDENER – B. AMIN, «Examining Long-term Severe Health Consequences of CBW Use against Civilian Populations»,

Diversos são os depoimentos dos curdos sobre a tirania de Saddam: «Vivíamos no terror, os soldados disparavam contra nossas costas continuamente», «fugimos da política de extermínio do *Ba'ath* e não conheceremos mais nada de pior», «os árabes são perigosos para os outros, para as minorias [...] com relação a nós, eles se comportaram na mesma medida das potências coloniais»²¹. O massacre em Halabja não foi suficiente para parar o envio de ajuda militar ao regime, ao contrário o percentual de exportação de armas dobrou em relação àquela quantidade recebida antes do ataque aos curdos²².

Segundo Tariq Ali, nem a imprensa americana, nem a inglesa protestaram na época quanto ao uso de armas químicas, não foram enviados inspetores de armas, nem feitas ameaças de sanções, porque as armas foram fornecidas pelo ocidente²³. N. Chomsky comenta a tirania: «Saddam Hussein era um gângster assassino – exatamente quanto o era antes da Guerra do Golfo, quando ele era nosso amigo e favorecia os negócios dos quais éramos sócios»²⁴.

1.5. A Guerra do Golfo

O conflito com o Irã tinha devastado a economia iraquiana, que necessitava de quarenta bilhões de dólares para reconstruir o país. Os países do Golfo tinham lançado uma grande quantidade de petróleo no mercado, provocando uma notável desvalorização do barril. O Iraque se encontrou cheio de débitos, mas possuía o maior exército da região. Em 1990, Saddam acusou os outros Estados do Golfo de promoverem uma guerra contra o Iraque e o Kuwait de agir para destruir o Iraque, de perfurar abusivamente em território

em *Bulletin of the United Nations Institute for Disarmament Research – UNIDIR*, 3.1999; C. GOSDEN – M. AMITAY, «Lessons from Halabja», em *The Washington Post*, 20.8.1999, A35.

²¹ M. VERRIER, «I kurdi iracheni in cerca d'autonomia», em *Le Monde Diplomatique – Il Manifesto*, 3.2004, 10.

²² Cf. N. M. AHMED, *op. cit.*, 42-45.

²³ Cf. T. ALI, *op. cit.*, 202, nota 28.

²⁴ N. CHOMSKY, *What Uncle Sam really wants*, Odonian Press, Berkeley 1992, 61.

iraquiano, sustentando que o Kuwait era de fato uma província do Iraque e não uma nação autônoma.

Sobre as causas do conflito colocaram-se os seguintes problemas: existem indicações de que os EUA deixaram em aberto que não interfeririam, caso Saddam atacasse o Kuwait²⁵; haveria um interesse dos EUA para que o Iraque atacasse o Kuwait, porque justificaria os gastos com armamento militar e maior controle do petróleo da região²⁶; a região do Kuwait era área de investimentos da Harken, ligada à família Bush²⁷; apesar de a imprensa ocidental dizer o contrário, as propostas do Iraque foram consideradas como sugestões sérias de negociação por expertos da área, mas rejeitadas por Washington²⁸; o Iraque foi considerado uma ameaça para a segurança do Oriente Médio, que deveria se manter como uma área livre de armas de destruição em massa, apesar de Israel já possuir armas nucleares na região através da usina nuclear em Dimona, no deserto do Negev²⁹; a posição de Saddam levaria adiante o ataque ao Kuwait, depois do enfileiramento dos EUA, causando a morte de dezenas de milhares de iraquianos³⁰.

O governo dos EUA informou que as tropas iraquianas se enfileiraram nos limites entre os dois países, e no dia 2 de agosto de 1990 ocorreu a invasão do Kuwait por parte do Iraque³¹.

No dia 2 de agosto de 1990, as Nações Unidas aprovaram a Resolução 660, que condenava o Iraque pela invasão ao Kuwait³². No dia 6 de agosto, a ONU aprovou a Resolução 661, que

²⁵ N. M. AHMED, *op. cit.*, 55; T. ALI, *op. cit.*, 121-122.

²⁶ Cf. N. M. AHMED, *op. cit.*, 47-49.

²⁷ Cf. E. LAURENT, *La Guerra dei Bush*, Fandango, Roma 2003.

²⁸ Cf. N. M. AHMED, *op. cit.*, 61; N. CHOMSKY, *op. cit.*, 64; W. BLUM, *Il libro nero degli Stati Uniti*, Fazi Editore, Roma 2003, 479-480.

²⁹ Cf. T. ALI, *op. cit.*, 121; N. CHOMSKY, *op. cit.*, 65.

³⁰ Cf. T. ALI, *op. cit.*, 119.

³¹ Cf. W. R. PITT, *op. cit.*, 34.

³² Cf. UNITED NATIONS, *Resolutions and Decisions of the Security Council 1990, Official Records, Forty-fifth year, S/INF/46*, UNDPI, New York 1991, 19. A Resolução teve a aprovação de 14 votos e o Iêmen não participou.

implicava em sanções econômicas contra o Iraque, para impor a saída do Kuwait³³. Em setembro, a taxa de mortalidade infantil foi duplicada, mas Saddam negava-se a deixar o Kuwait.

Em novembro de 1990, cerca de quatrocentos mil soldados da coalizão internacional formada pelo presidente George Bush estavam na região. A maioria dos soldados tinha a própria base na Arábia Saudita, onde se encontravam os lugares santos de Medina e Meca³⁴.

Com o suceder da batalha e vencidas as tropas iraquianas, deu-se o processo de propostas para a retirada iraquiana do Kuwait. Em 2 de janeiro de 1991, Saddam fez uma proposta para se retirar com a condição de os EUA não ataquem os soldados em retirada, que as tropas estrangeiras deixassem a região, que fosse feito um acordo sobre a questão palestinese e sobre as armas de destruição em massa na região, deixando de lado a questão do controle dos poços de petróleo de Rumaila nos limites com o Kuwait, o acesso ao Golfo Pérsico³⁵. Em 9 de janeiro de 1991, não aceitando os itens da proposta, os Estados Unidos ameaçavam atacar o Iraque se esse não se retirasse do Kuwait. Com o apoio do Congresso, a coalizão internacional iniciou o ataque aéreo contra a força iraquiana.

Depois de um mês de ataque punitivo, o presidente Bush, pai, convidou o povo iraquiano a se rebelar contra Saddam. No dia 23 de fevereiro começou o ataque por terra; depois de três dias o Iraque anunciou a sua retirada do Kuwait³⁶. Ao final estava «o exército iraquiano faminto, ferido, doente, exausto, desorientado, desmoralizado, esfarrapado, alguns descalços, demonstrando

³³ Cf. UNITED NATIONS, *op. cit.*, 19-20. A Resolução teve 13 votos a favor, 2 contra (Cuba e Iêmen).

³⁴ Cf. W. R. PITT, *op. cit.*, 34.

³⁵ Cf. N. M. AHMED, *op. cit.*, 61.

³⁶ Cf. W. R. PITT, *op. cit.*, 35; J. PILGER, *op. cit.*, 79; A. COCKBURN – P. COCKBURN, *Out of the Ashes: the resurrection of Saddam Hussein*, Harper Collins, New York 1999, 13, nota 44.

muitas vezes relutantes em combater»³⁷, deixou o Kuwait e se dirigiu para Basra.

Na retirada dos soldados iraquianos, os americanos atacaram a longa coluna de 60 milhas com veículos iraquianos, militares, civis, tropas e refugiados, que se moviam em direção à Basra. Era um alvo fácil, seguido da euforia dos atacantes. Uma unidade atrás da outra decolava carregada de mísseis e de bombas, os B-52, conjuntamente com as bombas de mil libras: «aqueles carros fazem simplesmente ‘bum’ e tudo aquilo continua a sair [...], tornando-se incandescente. É fantástico»³⁸.

A resposta diante do ataque foi que o índice de popularidade de George Bush atingiu 82%. O povo, que tinha escutado pela rádio o convite do presidente Bush para que se rebelasse contra Saddam, atendeu ao convite. Como foram motivados pelo próprio presidente dos EUA, o povo contava, é claro, com o apoio dos norte-americanos. No entanto, no momento da rebelião, quando necessitavam de um depósito de armas, o exército americano impediu a posse de armas por parte dos rebeldes. Seguindo uma mesma tática, o general Schwartzkopf permitiu aos helicópteros da Guarda Republicana que atravessassem as linhas de controle dos EUA para atacar o povo que se rebelava. Os helicópteros dos EUA também acompanhavam o desenrolar dos fatos. Os rebeldes pensavam que era para dar apoio às suas ações, porém os helicópteros norte-americanos estavam ali simplesmente para registrar, fotografar como era feito o massacre por parte da Guarda Republicana³⁹. Os carros armados ocuparam a estrada principal de Bassora e destruíram os focos de resistência. Com o apoio do presidente Bush I, orientado particularmente por Colin Powell, para com a Guarda Republicana de Saddam, os rebeldes foram

³⁷ S. SACKUR, *On the Basra Road*, London Review Books, London 1991, 21-22.

³⁸ *Ibidem*, 499.

³⁹ Cf. *Ibidem*, 23.

massacrados⁴⁰. Ao final, «pela estrada se viam os cães que comiam os cadáveres»⁴¹.

O apoio a Saddam foi retirado quando ele, desobedecendo às ordens, invadiu o Kuwait. A punição foi severa — para seus súditos. O tirano escapou incólume e foi posteriormente fortalecido pelas sanções ao regime impostas pelos seus anteriores aliados. Foram suprimidas as razões pelas quais os Estados Unidos voltaram a apoiar Saddam imediatamente após a Guerra do Golfo, quando ele esmagou as rebeliões que poderiam tê-lo destronado. O mais importante correspondente internacional do *The New York Times*, Thomas Friedman, explicou que o melhor para os Estados Unidos seria «uma junta com mão de ferro para o Iraque, sem Saddam Hussein»⁴².

1.6. *Destruição da infra-estrutura civil*

Um dos alvos da guerra foi o setor elétrico. As forças lideradas pelos EUA realizaram 890 ataques contra instalações elétricas e petrolíferas durante a guerra. Em fevereiro de 1992, uma orientação foi passada ao comando segundo a qual as instalações de transformação e transmissão de energia, os prédios de controle ali instalados eram alvos militares. Incluídas nos ataques, estavam duas importantíssimas hidroelétricas⁴³.

Na Guerra do Golfo foram jogadas mais de 300 toneladas de bomba. Um ataque aéreo do Warthog A-10 fazia 900.000 golpes. Um único golpe possuía 300 gramas de urânio sólido. Quando um carro armado disparava seus projéteis, cada projétil possuía 4.500 gramas de urânio sólido. Os projéteis não possuíam couraça, nem ponta, apenas urânio sólido, com misturas de plutônio. Em 1991, a Autoridade para Energia Atômica declarou que se 8% do urânio enriquecido explodido na Guerra do Golfo tivessem sido inalados,

⁴⁰ Cf. E. LAURENT, *op. cit.*, 117; W. R. PITT, *op. cit.*, 35; M. RAI – N. CHOMSKY, *op. cit.*, 166-172.

⁴¹ J. PILGER, *op. cit.*, 80.

⁴² Citado em N. CHOMSKY, *op. cit.*, 67-68.

⁴³ Cf. M. RAI – N. CHOMSKY, *op. cit.*, 247-248.

poderiam ter causado a morte de 500.000 pessoas⁴⁴. Não somente o povo iraquiano sofreu com esta forma de guerra nuclear, mas também os militares americanos. Ao voltar para os EUA depois da guerra, vivenciaram a tragédia dos efeitos da radiação: seus filhos nasceram com deformações congênitas⁴⁵.

A perda de energia elétrica não teve tanto impacto na estrutura militar, porque esta possuía suas próprias fontes, mas certamente teve na população civil. «Há uma conexão inevitável entre energia elétrica e saúde pública. Sem eletricidade, a água não pode ser purificada, os dejetos provindos de esgotos não podem ser tratados, doenças geradas pela má qualidade da água proliferam, e os hospitais não têm condições de curar doenças comumente tratáveis»⁴⁶. Com a falta de eletricidade, as bombas que pressionam as tubulações param. Com o vácuo, a água imunda que corre fora dos canos é sugada e a água torna-se inadequada para o consumo.

Depois da destruição da maior instalação elétrica do Sul do Iraque, Basra esteve perto de afundar no próprio esgoto. A destruição das usinas elétricas do país, em 1992, levou todo o sistema de purificação e distribuição ao colapso, ocasionando epidemias de cólera, febre tifóide e gastroenterite, principalmente entre as crianças. Ocorreram aproximadamente 47 mil mortes a mais entre as crianças abaixo de 5 anos, durante os primeiros oito meses de 1991. As mortes resultaram de doenças infecciosas, do decréscimo da qualidade e disponibilidade de alimentos e água, e de um precário sistema de saúde pública, ainda mais debilitado pela

⁴⁴ Cf. J. PILGER, *op. cit.*, 91.

⁴⁵ Cf. AA.VV., *How the Pentagon radiates soldiers & civilians with DU weapons*, International Action Center, New York 1999; L. A. DIETZ, «Contamination of Persian Gulf War Veterans and Others by Depleted Uranium», em *WISE Uranium Project*, 19.7.1996, URL <http://www.antenna.nl/wise/uranium/dgvd.html>; R. N. TAYLOR – A. OSBORN, «Gulf veterans left in cold», em *The Guardian*, 10.1.2001, URL http://www.guardian.co.uk/Distribution/Redirect_Artifact/0,4678,0-420175,00.html; R. N. TAYLOR, «MoD knew shells were cancer risk», em *The Guardian*, 11.1.2001, URL http://www.guardian.co.uk/Distribution/Redirect_Artifact/0,4678,0-420175,00.html.

⁴⁶ F. KELLY, «War Crimes committed against people of Iraq», em R. CLARK, *The fire this time - US war crimes in the Gulf*, Thunder's Mouth Press, New York 1992, 54.

falta de medicamentos e suprimentos em geral. Em junho de 1991, as autoridades da Força Aérea dos EUA declararam que o bombardeamento da infra-estrutura iraquiana estava articulado a um esforço de acelerar o efeito das sanções⁴⁷.

1.7. *O embargo econômico e o programa «petróleo-por-alimento»*

A Resolução 661, de 6 de agosto de 1990, afirmou o direito de legítima defesa do Kuwait, estabeleceu o boicote econômico, permitindo apenas os remédios e alimentos em circunstâncias humanitárias.

A Resolução 986 do Conselho de Segurança da ONU, emitida em 14 de abril de 1995, solicitava à comunidade internacional que colocasse em prática o programa «Petróleo-por-alimento» no Iraque. O programa previa a venda de petróleo no total de um 130 a 150 milhões de dólares dos EUA a cada 90 dias, com as condições: transparência das transações; um controle financeiro por parte da ONU; distribuição equitativa do socorro humanitário, particularmente no que se referia às necessidades da população civil de alimentos e remédios⁴⁸.

Ao fim de maio de 1997, o Iraque tinha exportado 120 milhões de barris de petróleo, mas tinha recebido somente 692.000 toneladas métricas de alimento, que eram 29% do que estava previsto. Como fossem escassos os recursos, foi organizado um sistema de redes de sua distribuição de tal modo que todas as cidades fossem atendidas, porém não se conseguia atender à demanda. Constatou-se que o problema dos alimentos para a população estava mais ligado à política das sanções do que à política de Saddam Hussein⁴⁹. A resolução do «Petróleo-por-

⁴⁷ Cf. M. RAI – N. CHOMSKY, *op. cit.*, 248-252; F. KELLY, «War crimes committed against people of Iraq», em R. CLARK (org.), *op. cit.*, 54; L. EISENBERG, «The sleep of reasons produces monsters – human costs of economic sanctions», em *NEJM* 336/17 (1997) 1248-1250.

⁴⁸ Cf. UNITED NATIONS, *Resolutions and Decisions of the Security Council 1995, Official Records, Fiftieth year, S/INF/51*, UNDPI, New York 1996, 101-103.

⁴⁹ Cf. N. M. AHMED, *op. cit.*, 81.

alimento» demonstrou-se ineficaz para resolver o problema das necessidades básicas do povo iraquiano⁵⁰.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou que desde o início das sanções aumentou em 600% a taxa de mortalidade das crianças e a maioria da população se encontrava quase na situação de fome. Ocorreu um aumento de câncer infantil, de leucemia, doença de Hodgkin e linfoma, diversas doenças congênitas, má formação dos fetos, das articulações, que podem ser coligadas ao uso do urânio enriquecido por parte dos aliados na Guerra do Golfo⁵¹.

Questionada sobre o número de crianças mortas com as sanções de meio milhão, mais que o número de crianças mortas em Hiroshima, a então Secretário de Estado, Madeleine Albright, assim respondeu: «Penso que esta seja uma escolha muito dura, mas o preço [...] nós pensamos que vale a pena pagar este preço»⁵².

Com base na legitimação de impedir a posse de armas de destruição em massa, formou-se uma lista de produtos impedidos de entrar no Iraque, dentre os quais:

Conjunto de roupa completa; roupas de mulheres; roupas para crianças; reservatórios; ambulâncias; amortecedores; amplificadores; instrumentos para medidas; arquivos; armários; armários de

⁵⁰ Cf. *Ibidem*, 90; R. MCDOWELL, «Iraq – as the people suffer», em *Catholic Worker Magazine*, 2.1998, URL <http://www.codoh.com/newsdesk/9802153.html>.

⁵¹ Cf. A. DYREGROV – R. GJESTAD – M. RAUNDALEN, «Children Exposed to Warfare: A longitudinal Study», em *Journal of Traumatic Stress* 15/1 (2002) 59-68; AA.VV., «The humanitarian cost of war in Iraq», em *The Lancet* 361 (2003) 874; N. SATO – O. BEID – T. BRUN, «Malnutrition in southern Iraq», em *The Lancet* 338 (1991) 1202; M. C. SMITH – S. ZAIDY, «Malnutrition in Iraqi children following the Gulf War: results of a national survey», em *Nutrition Reviews* 3 (1993) 74-78; A. ASCHERIO (org.), «Effects of the Gulf War on Infant and Child Mortality in Iraq», em *NEJM* 327/13 (1992) 931-936; J. O. FIELD – R. M. RUSSEL, «Nutrition Mission to Iraq for UNICEF», em *Nutrition Reviews* 2 (1992) 41-46.

⁵² M. RAI – N. CHOMSKY, *op. cit.*, 100; J. PILGER, *op. cit.*, 63.83-89; N. M. AHMED, *op. cit.*, 100; W. BLUM, *Con la scusa della libertà*, Marco Tropea Editore, Milano 2000, 17.

arquivos; toalhas; aspiradores-de-pó; impressoras; rádios; automóveis; envoltórios para janelas; bonecas [...] ⁵³, morfina para tratamento de câncer e diversos remédios ⁵⁴.

Terminada a guerra, as sanções contra o Iraque foram mantidas. Desde então, mais de um milhão de civis iraquianos foram mortos como consequência das privações causadas pelas sanções. Embora os Estados Unidos e a Inglaterra se mantivessem intransigentes quanto a manter as sanções, a própria Nações Unidas documentou que a situação não-humanitária em que se encontrava a população se tornou um problema moral para a própria ONU ⁵⁵.

O embargo impôs uma queda no padrão de vida da população, uma convivência maior com a inflação, a continuação da desestruturação sanitária iniciada pelos bombardeios, o aumento da mortalidade infantil e de doenças, a queda no nível de emprego, aumento de prostituição. Se o objetivo era levar o país à idade da pedra, o embargo satisfazia como a melhor estratégia para o desrespeito de todos os direitos civis ⁵⁶.

1.8. *As comissões de desarmamento das Nações Unidas - a UNSCOM e a UNMOVIC*

Ao longo do período pós-Guerra do Golfo, foram formadas duas comissões da ONU para o desarmamento do Iraque. A primeira em 3 de abril de 1991, a *United Nations Special Commission - UNSCOM* (Resolução 687) ⁵⁷, e a segunda em dezembro de 1997, a *United Nations Monitoring, Verification and Inspection*

⁵³ G. SIMONS, *The Scourging of Iraq*, St. Martin's Press, New York 1996, 118-127.

⁵⁴ Cf. J. PILGER, *op. cit.*, 53-58.

⁵⁵ Cf. UNITED NATIONS, *Press Release SC/6833*, «Security Council meets to consider humanitarian situation in Iraq: Secretary-General describes 'moral dilemma' for United Nations», 24.03.2000, 1-19; S. G. BROWN, *Sanctioning Saddam - The politics of intervention in Iraq*, I. B. Tauris, London - New York 1999, 324-347; N. M. AHMED, *op. cit.*, 75-107.

⁵⁶ Cf. S. G. BROWN, *op. cit.*, 179-187.

⁵⁷ Cf. UNITED NATIONS, *Resolutions and Decisions of the Security Council 1991, Official Records, Forty-sixth year, S/INF/47*, UNDPI, New York 1993, 11-15. A Resolução teve 12 votos a favor, 1 contra (Cuba), 2 abstenções (Equador, Iêmen).

Commission - UNMOVIC⁵⁸. As duas trabalhariam em conjunto com a Agência Internacional de Energia Atômica (IAEA)⁵⁹.

Diversas crises acompanharam as duas comissões. Em março de 1997, a posição da então Secretário de Estado, Madeleine Albright, era a de que, mesmo se o Iraque se desarmasse, as sanções não seriam suspensas, caso Saddam Hussein permanecesse no poder. Esta posição debilitou o papel da UNSCOM⁶⁰. No período da UNMOVIC, os EUA infiltraram agentes secretos de Israel para matar Saddam, inviabilizando o seu trabalho.

Diante das não-correspondências de acusações com a realidade, Kofi Annan, secretário-geral da ONU, propôs que o ônus da prova do Iraque recaísse sobre seus acusadores, que teriam de apresentar provas evidentes contra os iraquianos. Foi sugerido também um limite para as sanções econômicas⁶¹. As propostas não foram aceitas.

O posicionamento do Conselho de Segurança na Resolução 1441 foi de «deploração»⁶² para com a não-ajuda do Iraque com o monitoramento das armas de destruição em massa, contrastando com as observações do presidente executivo da UNMOVIC, Hans Blix, e do diretor geral da IAEA, Mohamed El Baradei. Na carta dos mesmos para o General Amir H. Al-Saadi, assessor do Gabinete Presidencial do Iraque, escreveram que existia: «a aceitação por parte do Iraque de todos os direitos de inspeção contemplados em todas as resoluções do Conselho de Segurança sobre a matéria. Indicou-se que essa aceitação se produzia sem condições».

⁵⁸ Cf. *Resolution CS/1284*, 17.12.1999, em UNITED NATIONS, *Resolutions and Decisions of the Security Council 1999, Official Records, Fifty-fourth year, S/INF/55*, UNDPI, New York 2001, 109-115.

⁵⁹ Cf. M. RAI – N. CHOMSKY, *op. cit.*, 104.

⁶⁰ Cf. *Ibidem*, 106-107.

⁶¹ Cf. *Ibidem*, 107.

⁶² O termo se encontra 5 vezes na Resolução: *Resolution CS/1441*, 8.12.2002, em UNITED NATIONS, *Resolutions and Decisions of the Security Council 1.8.2002 – 31.7.2003, Official Records, S/INF/58*, UNDPI, New York 2003, 114.

Scott Ritter, um outro inspetor da ONU, que trabalhou no Iraque durante sete anos, era de opinião que, desde 1998, o Iraque já estava na realidade desarmado a um nível sem precedentes na história moderna⁶³. Sobre as armas de destruição em massa do Iraque, concluiu Scott Ritter:

«O Iraque destruiu 90 a 95% de suas armas de destruição de massa. Devemos recordar que o restante 5 a 10% não constitui necessariamente uma ameaça. Não constitui nem ao menos um programa de armamento»⁶⁴ [...] «Sobre isso, não existe dúvida. Todas as estruturas de fábricas eram destruídas. A fábrica de projetos de armas foi destruída. Os aparelhos de produção foram encontrados e eliminados. E nós tínhamos a capacidade de monitorar, fossem na terra ou no ar, os raios gama produzidos com a tentativa de enriquecer o urânio ou o plutônio. Nós não encontramos mais nada. Podemos dizer inequivocamente que a infra-estrutura industrial de que o Iraque tinha necessidade de produzir armas nucleares foram destruídas»⁶⁵ (sic!).

A história das comissões da ONU para investigações de armas de destruição de massa demonstra uma grande dificuldade dos Estados Unidos para a negociação e falta de sinceridade na mesa de negociações.

1.9. *Decisão de guerra*

1.9.1. A Estratégia de Segurança Nacional dos EUA

Falando à Academia Militar de West Point, em 1º de junho de 2002, o presidente George W. Bush emitiu um alerta sombrio sobre os perigos de arsenais de destruição em massa.

Os discursos do Presidente W. Bush foram reunidos e organizados no documento *A Estratégia de Segurança Nacional dos EUA*, de 2002, que apresenta a palavra oficial do governo de

⁶³ Cf. N. M. AHMED, *op. cit.*, 127.

⁶⁴ W. R. PITT, *op. cit.*, 47.

⁶⁵ *Ibidem*, 49.

Washington como justificação da decisão de empreender a guerra contra o Iraque⁶⁶.

O controle das armas de destruição em massa implica que nenhum outro Estado pode aspirar a uma superação desse mesmo poderio militar⁶⁷, sendo revitalizado o programa de pesquisa de defesas antimísseis, não como armas de defesa, mas como armas de domínio global, livres das restrições do Tratado Antimísseis Balísticos»⁶⁸.

Na análise de R. Kagan sobre o documento, um país que é hegemônico economicamente deve deixar claro para o resto do mundo sua própria hegemonia armando-se, sendo que a base das relações internacionais é a força militar⁶⁹, e para P. Zelikow a *Estratégia* afeta toda agenda da política externa estadunidense, expressando melhor o sentido da liderança no mundo de hoje, que seria menos internacional e mais transnacional⁷⁰.

⁶⁶ Cf. G. W. BUSH, «A Estratégia de Segurança Nacional dos EUA», em *Política Externa* 3 (2002-2003) 78-113.

⁶⁷ Cf. *Ibidem*, 110-111.

⁶⁸ D. H. RUMSFELD, «Trasformando as forças armadas», em *Política Externa* 11/2 (2002) 13-22, aqui 20; A. BACEVICH, «Different Drummer, Same Drum», em *National Interest* 64 (2001) 67-77; N. CHOMSKY, *O Império Americano. Hegemonia ou sobrevivência*, Elsevier, Rio de Janeiro 2004, 220-240. Recordase que o Tratado ABM (*Anti-Balistic Missile*) de 1972 foi derivado de uma série de acordos visando preservar o equilíbrio de poder e eliminar a ameaça de destruição do planeta por meio do princípio de *massive assured destruction* (MAD) [L. MARTINS, «A (des)ordem mundial, o fenômeno dos terrorismos e as instituições democráticas», em *Política Externa* 11/2 (2002) 50-71, aqui 57].

⁶⁹ Cf. R. KAGAN, *Of Paradise and Power: America and Europe in the New World Order*, A. A. Knopf, New York 2002, citado em L. C. B. PEREIRA, «O gigante fora do tempo: A guerra do Iraque e o sistema global», em *Política Externa* 1 (2003) 43-62, aqui 56-57. L. C. B. Pereira ensina economia política na Fundação Getúlio Vargas, São Paulo.

⁷⁰ Cf. P. ZELIKOW, «The transformation of national security», em *The National Interest* 7 (2003), URL http://www.findarticles.com/p/articles/mi_m2751/is_2003_Spring/ai_99377572, 1-27, aqui 2. P. Zelikow é professor de história da White Burkett Miller e diretor do Miller Center of Public Affairs na University of Virginia e contribuiu não-oficialmente para a preparação do *National Security Strategy of the United States*.

1.9.2. A situação na ONU e desencontros de informações

O governo dos EUA, com base na orientação de sua *Estratégia*, tentou o envolvimento das Nações Unidas com a ação preventiva contra o Iraque. Com esse objetivo, o Secretário de Estado, Colin Powell, encaminhou-se ao Conselho de Segurança da ONU, para receber a aprovação para a empresa bélica. Apresentou provas de que o Iraque tinha armas de destruição em massa, armas químicas e biológicas, fotos de satélites de depósitos dessas armas, instrumentos necessários para fazer bomba nuclear, ligações comprovadas da *Al Qaeda* com o governo iraquiano⁷¹. Segundo Powell: «O que nós estamos oferecendo aos Senhores são fatos e conclusões baseados em sólida inteligência»⁷².

Surgiram desencontros das informações dadas pelo alto-escalão do governo dos Estados Unidos e da Inglaterra com alguns agentes dos próprios serviços de inteligência dos dois países.

1.9.3. Impasse final na ONU e início da guerra

Nessa altura dos acontecimentos, a contagem dos votos no Conselho de Segurança era decisiva para o apoio do uso da força contra o Iraque. Havia seis votos a favor: dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha, da Espanha, da Bulgária, do Chile e, por fim, do Paquistão.

Faltavam pelo menos mais dois dos três países que estavam duvidosos: México, Guiné e Camarões. Falava-se abertamente de ofertas financeiras em troca do voto da Guiné, não só ofertas, mas de verdadeiras ameaças contra os países que não se colocassem a favor da guerra. O México, por sua vez, dizia que o forte entrelaçamento dos seus interesses com os Estados Unidos tinha provocado também a sua adesão⁷³.

⁷¹ Cf. «Powell ofrece ‘pruebas’ a la ONU» editorial, em *BBC.Mundo.com*, 5.2.2003, URL: http://news.bbc.co.uk/hi/spanish/news/newsid_2729000/2729805.stm.

⁷² T. ALLARD – P. FRAY, «Howard joins wave of doubt over WMD», em *The Sidney Morning Herald*, 4.2.2004, URL <http://www.smh.com.au/articles/2004/02/03/1075776061448.html?from=storyrhs>.

⁷³ Cf. «Powell busca apoio da ONU contra o Iraque» editorial, em *BBC.Brasil.com*, 5.2.2003, URL http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2003/030205_iraque_di.shtml.

Foi, então, que a França anunciou na imprensa a decisão de se opor à resolução⁷⁴. Rapidamente, se uniram a essa decisão a Rússia, e mais discretamente também a China. A ameaça do veto francês teve um efeito imediato. Os países que estavam com dúvidas sobre o apoio à guerra mediram os riscos a que estavam se submetendo, ao cederem às pressões americanas, mesmo comprometendo-se em fazer passar a resolução, esta estaria destinada a ser vetada pela França, Rússia e China⁷⁵.

Se os Estados Unidos fossem avante, estariam desrespeitando abertamente a Carta das Nações Unidas. Nessa altura dos acontecimentos, a resolução não tinha nenhuma probabilidade de ser aceita. Washington resolveu retirar o pedido. Nem foi preparada outra. A primeira versão do texto não contemplava nenhuma condição que o Iraque pudesse aceitar ou negar. Era na realidade uma declaração de guerra.

Seguindo o que tinha sido oficializado no documento de *Estratégia*, os EUA solicitariam o apoio da comunidade internacional nas ações preventivas, mas, caso não houvesse possibilidade, não hesitariam de encaminhá-las. No dia 16 de março de 2003, Bush convocou em Açores Tony Blair e José Maria Aznar⁷⁶. Foi, então, que os EUA anunciaram um ultimato para que o ditador Saddam Hussein, seus familiares e comandantes militares deixassem o país como a única forma de evitar a guerra, exigência que não foi atendida⁷⁷.

A decisão sobre o bombardeio inicial foi tomada seis horas antes de G. Bush anunciar a guerra⁷⁸. Os bombardeios iniciaram-se

⁷⁴ Cf. «Relatório mantém impasse no Conselho de Seguranças» editorial, em *Folha de São Paulo*, 8.3.2003, A10; «Bush diz ter pouca esperança de evitar guerra» editorial, em *Folha de São Paulo*, 16.03.2003, A19.

⁷⁵ Cf. «Inspetores falam sob pressão dos EUA» editorial, em *Opovo*, 14.2.2003, URL <http://www.noolhar.com/internacional/225654.html>.

⁷⁶ Cf. P. M. LA GORCE, «Soli contro tutti», em *Le Monde Diplomatique – Il Manifesto*, 4.2003, 8-9.

⁷⁷ Cf. F. CANZIAN, «Bush desiste de diplomacia e dá 48 horas para Saddam deixar o país», em *Folha de São Paulo*, 18.03.2003, A11.

⁷⁸ Cf. B. WOODWARD, «Cómo se decidió la guerra», em *El Pais*, 30.3.2003, 1.

às 20h05min locais (14h05min em Brasília) do dia 19 de março de 2003.

A ameaça de que o Iraque possuía armas de destruição em massa foi o dado decisivo que compôs o cálculo político, aglutinando forças dos governos e da opinião pública para o ataque contra o Iraque⁷⁹.

2. Análise moral da guerra preventiva

No momento anterior, apresentamos os fatos que levaram a decisão para o uso da força preventiva contra o Iraque. Neste segundo, iremos procurar fazer uma leitura moral sobre a decisão de utilizar essa força, através da Teoria da Guerra Justa e do Ensino de João Paulo II.

Incluímos nessa abordagem o contraponto de teólogos que se posicionaram a favor da guerra. Ao final, a partir dos pontos indicados, fazemos a nossa leitura sobre a legitimidade do uso da força nesse caso específico.

2.1. Critérios da Teoria da Guerra Justa

Na tradição da Igreja se estabeleceram linhas de pensamento como o pacifismo e a teoria da guerra justa. Desejaríamos olhar para os critérios da teoria da guerra justa e deixar de lado um pouco o pacifismo, por considerar não que a sua proposta não tenha sentido, mas como se colocam sempre contra as guerras, fica difícil um referencial quando elas estão de fato para se desenvolverem.

A procura de referencial é uma procura pela legitimidade, que se torna um elemento político dentro do processo de busca de apoio da população e da opinião pública sobre os seus andamentos.

Seria de fato possível depois de tantos anos ainda se falar sobre a guerra justa? O debate correu no estourar da guerra contra o Iraque, e mesmo diante de outros conflitos sempre a discussão volta à tona.

⁷⁹ Cf. L. F. KAPLAN – W. KRISTOL, *The war over Iraq*, Encounter Books, San Francisco 2003, 27-33.

A teoria é bastante rejeitada por ter servido de instrumental para ações imperialistas e para justificação de todos os tipos de guerra ao longo dos séculos. A dificuldade de relacionar critérios com a realidade é considerada insuperável. Mas façamos um breve olhar sobre seus critérios.

Veio de uma tradição da filosofia desenvolvida a partir da lei natural, que encontrou espaço na teologia através de Ambrósio, de Agostinho, de Tomás de Aquino, de Francisco Vitória e Francisco Suarez.

Sua sistematização pode ser separada em dois momentos: *ius ad bellum* e o *ius in bello*. O direito diz respeito à possibilidade de se ir para a guerra e caso a violência estoure, de como o direito pode reger essa mesma guerra.

Os princípios do *ius ad bellum* estão ligados à legitimação da guerra, são eles: causa justa (agressão injusta; punição; retomar um direito perdido); autoridade competente; último recurso; reta intenção; possibilidade de vitória. Os princípios do *ius bello* são: proporcionalidade e discriminação⁸⁰.

A teoria no seu desenrolar tentou conter o uso da força, mas seus princípios diversas vezes foram utilizados com objetivos contrários. Os raciocínios podem levar para caminhos diferentes⁸¹.

⁸⁰ Cf. Percebe-se na literatura que existem pequenas variações nos princípios considerados da teoria da guerra justa, dos quais optamos pelos aqui apresentados por serem mais presentes nos diversos estudos. Variações da apresentação dos princípios se registram em: D. HOLLENBACH, *Nuclear Ethics – A Christian Moral Argument*, Paulist Press, New York 1983, 39-42; C. P. LUTZ, «Objection to Participation in Combat: Legality and Morality», em P. PEACHEY (ed.), *Peace, Politics, and the People of God*, Fortress Press, Philadelphia 1986, 156; R. MILLER (ed.), *op. cit.*, xiv-xv; H. KHATCHADOURIAN, *The Morality of Terrorism*, Peter Lang, New York 1988, 40.

⁸¹ Segundo J. T. Johnson, o objetivo da teoria não é o controle da violência, que considera «uma presunção pacifista subjacente», mas de dizer, que as atividades do Estado podem ser meios morais para o bem comum nacional e internacional [J. T. JOHNSON, «The Just War Tradition and the American Military», em J. T. JOHNSON – G. WEIGEL (eds.), *Just War and the Gulf War*, Ethics and Public Policy Center, Washington 1991, 3-42]. Porém, a posição de J. T. Johnson vai

Possuem o problema da relação sujeito e objeto, teoria e prática, que traduzem a dificuldade de aplicação dos princípios.

O ponto em que desejamos aplicar os princípios da teoria é a guerra contra o Iraque, no caso de sua legitimação. Essa guerra, dentro do atual contexto global, emerge dentro de um espaço favorável do conflito de culturas e de religião. Mas apesar dessa implicância, desejamos analisar o fenômeno, não como fruto de problemas religiosos, mas de problemas estratégicos e econômicos.

2.2. Considerações do Magistério do Papa João Paulo II

Nossa reflexão sobre o Magistério de João Paulo II baseia-se particularmente nas *Mensagens no Dia Mundial pela Paz* e nos *Discursos ao Corpo Diplomático junto à Santa Sé*, por apresentarem a orientação do Sucessor de Pedro nas questões de relações internacionais e de guerra.

Nos anos iniciais do pontificado, João Paulo II sustentou que era uma utopia pensar que o mundo viveria sempre em paz, com ausência de guerras⁸². Concomitantemente repetia o grito de seus predecessores: «Nunca mais guerra!»⁸³, sustentava que a invasão armada de um país era uma violação brutal da lei internacional e que, às vezes, a guerra seria necessária quando ocorresse uma *causa justa*, utilizando *recursos proporcionais* aos resultados que se desejava obter.

Após os atentados contra Nova Iorque, o Papa João Paulo II na sua Mensagem no Dia Mundial pela Paz, de 1.1.2002, dirigiu palavras bastante contrárias às ações terroristas: «o terrorismo se

adiante, os princípios limitantes são um obstáculo à ação governativa no seu claro dever de reprimir o mal e restaurar a justiça [D. CHRISTIANSEN, «'Causa Justa' in crise», *cit.*, 7]. Não consideramos que a teoria deva estar completamente desligada de qualquer orientação de controle da violência, antes, porque seus teóricos tinham esse objetivo, e visando a paz. Não está dito, também, que a política de Estado não vise o controle da violência.

⁸² Cf. JOÃO PAULO II, «Ob diem 1 mensis Ianuarii anni MCMLXXXII, paci internationes fovendam dicatum: de pace dono Dei hominibus delato» (8.12.1981) n°. 12, AAS 74 (1982) 326-338.

⁸³ *Idem*, *Centesimus annus* (1.5.1991) n°. 52, AAS 83 (1991) 793-867.

funda sobre o desprezo da vida humana [...] um verdadeiro crime contra a humanidade. Existe, por isso, um direito de defender-se do terrorismo [...] O terrorismo instrumentaliza não somente o homem, mas também Deus, terminando por fazê-lo um ídolo do qual se serve para os próprios objetivos»⁸⁴. Ao mesmo tempo motivava a ação das religiões para colaborarem para eliminar as causas sociais e culturais do terrorismo⁸⁵.

João Paulo II considerou que era justo aplicar o *direito de defesa* na luta contra o terrorismo. Ao mesmo tempo exortava a necessidade do respeito por *regras morais e jurídicas* na escolha tanto dos *objetivos* como dos *meios*, chamando atenção para não prevalecer a espiral de violência e ódio, para não se ceder à tentação da violência.

O Direito, segundo o Papa Wojtyła, exerce um papel importante como orientação para a comunidade internacional, sendo um instrumento para que os direitos dos mais fracos sejam garantidos e para que se evite que as relações internacionais sejam dominadas pelos interesses dos Estados mais fortes. Essa atenção à observação do Direito, da Carta das Nações Unidas, e ao uso da força ligada ao Conselho de Segurança foi clara na *Mensagem pela Paz*, do início de 2004.

O Papa João Paulo II, após os ataques contra o Iraque, escreveu uma carta totalmente contrária ao espírito de exercício de soberania sem uma relação com a Carta das Nações Unidas e seu Conselho de Segurança. Talvez esperássemos uma mesma condenação a uma guerra preventiva naquelas mesmas linhas feitas tão claras contra o terrorismo e nos momentos anteriores ao ataque contra Bagdá em 2003, mas mais claro que seus próprios discursos foi sua posição nesse período.

⁸⁴ *Idem*, *Non c'è pace senza giustizia, non c'è giustizia senza perdono*. «Mensagem para a XXXV Jornada Mundial pela Paz» (8.12.2001) n.º. 5-6, AAS 94 (2002) 132-140.

⁸⁵ *Ibidem*, 12.

Sua condenação à guerra foi pública e notória: «Eu pertenço àquela geração que viveu a Segunda Guerra Mundial e sobreviveu. Tenho o dever de dizer a todos os jovens, aqueles mais jovens do que eu, que não viveram essa experiência: «Nunca mais a guerra!»⁸⁶.

A Igreja fez um grande esforço para não enquadrar o conflito dentro de uma nova cruzada, sendo que o fato de João Paulo II colocar-se veementemente contra a guerra foi um marco que fez o conflito não se aprofundar com essa justificação. A palavra do Papa foi importante para que o povo islâmico compreendesse que havia uma voz no mundo contra a calamidade de um ataque contra eles.

Dentre os méritos de Sua Santidade João Paulo II, não podemos deixar de registrar essa ocorrência. Mesmo na oscilação de assessores e de opinião sobre o fato⁸⁷, João Paulo II manteve sua coerência sobre o assunto. Se no primeiro momento os discursos foram na linha clara contra a ação preventiva, posteriormente ao conflito, emerge um novo conteúdo favorável a deixar os problemas iniciais do conflito e partir para a necessidade de democratização do Iraque. Tal mudança de posicionamento foi vista como uma clara mudança na própria assessoria em relação ao conflito que passou para uma linha consequencialista de querer tirar algo de bom daquilo que iniciou imprestável.

No Discurso ao Corpo Diplomático junto à Santa Sé encontramos esse novo posicionamento diante da guerra, após seus discursos contrários ao uso da força:

Os numerosos interventos feitos pela Santa Sé para evitar o doloroso conflito no Iraque são bem conhecidos. O que importa hoje é a comunidade internacional ajudar os iraquianos, libertados de um regime que os oprimia, a fim de que sejam colocadas as

⁸⁶ *Ibidem*, «Appello *Si sono conclusi* prima della recita dell'Angelus Domini con i fedeli e pellegrini convenuti in piazza San Pietro», em *L'Osservatore Romano*, 17-18.3.2003, 12.

⁸⁷ S. MAGISTER, «Promemoria per il Vaticano: dall'alleanza con l'America non si scappa», em *WWW.Chiesa*, URL <http://www.chiesa.espressonline.it/dettaglio.jsp?id=6987>.

condições de retomar as rédeas do seu país, de consolidar a soberania, de determinar democraticamente um sistema político e econômico conforme as suas aspirações, e que o Iraque se torne um interlocutor credível na comunidade internacional⁸⁸.

É uma justificação que houve um ruído, podemos dizer uma justificativa com problema respiratório, ou uma justificativa tossida. Explicamo-nos: ao chegar ao texto que ficou oficial para o resto da humanidade, no momento em que ia ler «a queda do tirano», tossiu e não leu, pulou a parte desse raciocínio. A tosse pode ser considerada casual, pode também ser interpretada intencional. Acreditamos numa intencionalidade da tosse que discorda do tipo de argumentação para o conflito. Aceitar tal tipo de justificação seria jogar a moral na lata do lixo. As ações podem ser totalmente justificadas pelas suas conseqüências, sem se levar em conta os meios que foram tomados para se atingir tais conseqüências. É uma grande contradição com o próprio ensino papal⁸⁹.

A palavra de João Paulo II diminuiu a tensão momentânea entre as culturas diversas, negando toda a possibilidade de articulação de uma nova cruzada. Estranho ou não, também na época das cruzadas, os papas exerceram um papel fundamental de apoio, enquanto nessa nova forma de demonização do inimigo, uma das peças de xadrez se colocou contrária à aventura bélica.

O Sucessor de Pedro condenou energicamente o uso da força nesse caso particular, embora sem afirmar de forma categórica que

⁸⁸ JOÃO PAULO II, *Il m'est toujours agréable*. «Discurso ao Corpo Diplomático junto à Santa Sé» (12.1.2004) n.º 1, AAS 96 (2004) 337-342.

⁸⁹ JOÃO PAULO II, *Veritatis Splendor* (6.8.1993) n.º 75-76, AAS 85 (1993) 1133-1228. É estranho também que todo o Enchiridion da paz tenha terminado com as seguintes palavras: Deus benedica l'America! Existe um tom bastante desagradável dessa afirmação, já que os documentos apresentados falam do Ensino da Igreja sobre a Paz, e terminar abençoando quem na época está em claro desrespeito às normas de paz no mundo. Este tipo de colocação serve apenas para prejudicar a imagem da Igreja diante dos injustiçados. Ver opinião de Pablo RICHARD, *Força ética e espiritual da teologia da libertação*, Paulinas, São Paulo 2006, 145.

a guerra preventiva era um crime contra a humanidade. Isto não nos impede de aplicar os critérios da Teoria da Guerra Justa nessa guerra para se fazer um discernimento.

2.3. *Controvérsias de teólogos a favor da guerra*

Alguns estudiosos, dentre eles teólogos moralistas, chegaram a uma conclusão completamente inversa, dentre os quais: V. Emanuele Parsi, Richard John Neuhaus, Michael Novak, George Weigel⁹⁰.

A crítica de V. E. Parsi é dirigida contra os padres que se colocam nas praças contra a guerra, porque ofuscam a limpa posição do Papa. Não concorda com a decisão isolada da administração dos EUA, mas rejeita a tese de que a nação americana sofra de doença genética. Ao contrário, acredita no caráter exemplar da política externa dos EUA em todas as épocas. Sustenta que para promover o bem é necessário resistir ao mal, mesmo combatendo, e que é também uma ficção o legalismo da igualdade entre todos os Estados⁹¹.

R. J. John Neuhaus examina os juízos morais dos líderes religiosos católicos e não-católicos sobre a guerra. Não replica João Paulo II, mas, ao invés, dirige críticas aos outros representantes da Santa Sé. Considera impressionante o total silêncio de séculos de reflexão, sem citar em nenhum momento Santo Agostinho, São Tomás de Aquino, Francisco de Vitória e Suarez. Critica as Nações Unidas como autoridade moral, porque por anos tem-se colocado em campo oposto ao da Santa Sé sobre questões de aborto e controle de natalidade. Não concorda com argumentos baseados no medo do que poderá acontecer. Elogia o presidente da Conferência

⁹⁰ Cf. S. Magister apresenta a visão destes autores em «Promemoria per il Vaticano: dall'alleanza con l'America non si scappa», em *WWW. Chiesa*, URL <http://www.chiesa.espressonline.it/dettaglio.jsp?id=6987>; *Idem*, «Vaticano contro America, la guerra delle parole», em *WWW.Chiesa*, URL <http://www.espressonline.it/dettaglio.jsp?id=6952>.

⁹¹ Cf. V. E. PARSÌ, *L'alleanza inevitabile*, Università Bocconi, Milano 2003. Parsi é professor pela *Università Cattolica di Milano* e editor do cotiano *Avvenire*.

Episcopal dos Estados Unidos, por dar espaço de consciência para quem era a favor ou contra a guerra, mas criticou fortemente os Cardeais Tauran e Martini, quando afirmaram que a guerra era crime contra a humanidade, porque colocava o católico estadunidense em uma situação complicada: ou escolher a lealdade entre o seu país ou a fé na Igreja.

Continua J. Neuhaus: o grave é que afirmaram que o Papa considerou a guerra como imoral, contrária à Doutrina da Igreja, crime contra a humanidade, porque o Pontífice não chegou a fazer essas afirmações, sendo que tal comportamento indica um irresponsável abuso de ofício eclesiástico e membros da Santa Sé parecem mais ser enamorados de um papel na política mundial do que dedicados a pastores de almas. A conclusão de Neuhaus é que enquanto o povo procurava tomar uma decisão, os líderes religiosos semeavam confusão⁹².

A idéia principal de M. Novak para defender a guerra contra o Iraque é baseada no artigo 2309 do Catecismo da Igreja Católica que afirma: «A avaliação dessas condições de legitimidade moral cabe ao juízo prudencial daqueles que estão encarregados do bem comum»⁹³. Deste modo, considera que as decisões morais obrigatórias de guerras cabem às autoridades públicas e não aos clérigos. A guerra decorre de motivos humanitários, porque os iraquianos sofriam com Saddam, tanto que os religiosos muçulmanos desejavam a ação dos EUA. A Teoria da Guerra Justa não previa o caso da guerra preventiva, mas antes não existiam atores como a *Al Qaeda*, que poderia beneficiar-se das armas de destruição em massa através de Saddam. A operação era legal, porque estava de acordo com a Resolução 1441, sendo que os ataques terroristas contra os EUA deram novos motivos de legítima defesa. Insiste, ao final, que segundo o Catecismo Católico o

⁹² Cf. R. J. NEUHAUS, «The Sounds of Religion in a Time of War», em *First Things* 133 (2003) 76-92.

⁹³ *Catecismo da Igreja Católica*, Loyola – Vozes, São Paulo – Petrópolis 1993, nº 2309.

juízo cabe à autoridade pública, a ninguém mais, e não se pode fugir da responsabilidade legal⁹⁴.

Em oposição clara ao Papa João Paulo II, temos G. Weigel, seguindo uma linha em que a guerra é uma extensão política com outros meios. Faz toda uma apresentação da situação e considera que a ação dos EUA é para manter a *tranquilitas ordinis* pregada por Santo Agostinho. Justifica a guerra contra o Iraque, aplicando os critérios da Teoria da Guerra Justa. O exercício da responsabilidade internacional dos EUA o conduz a erradicar o terrorismo global e as ameaças agressivas de regimes que possuem armas de destruição em massa. A causa justa para a guerra se baseia em um novo conceito de defesa em resposta à agressão dos «Estados canalhas», que podem ter conexões com os grupos terroristas, particularmente a *Al Qaeda*. Sobre a autoridade competente, é de opinião que os Estados Unidos são o único líder no mundo na guerra contra o terrorismo e não as Nações Unidas. O último recurso não pode ser considerado de forma excessivamente mecanicista e, não se pode indicar um simples clericalismo de líderes religiosos, que indicam a guerra justa em um caminho único. Na opinião de G. Weigel, o ataque terrorista contra Nova Iorque demonstrou que existe necessidade de respostas urgentes⁹⁵.

Sobre os autores aqui apresentados, consideramos que V. E. Parsi e N. J. Neuhaus desvalorizam as ações contra a guerra, mas são fracos na apresentação das razões que poderiam sustentar a legitimidade da guerra. A proposta de R. J. John Neuhaus parece apresentar a questão de consciência bem adaptada à sociedade de

⁹⁴ Cf. M. NOVAK, «Civilian Casualties & Turmoil», em *National Review on line*, 18.2.2003, URL <http://www.nationalreview.com/novak/novak011803.asp>. M. Novak é ligado ao *American Enterprise Institute* e foi convidado a Roma pela Embaixada dos EUA ligada a Santa Sé, em 10.2.2003, para fazer a justificação política, filosófica e teológica da guerra contra o Iraque.

⁹⁵ Cf. G. WEIGEL, «Moral Clarity in a Time of War», em *First Things* 128 (2003) 20-27. Ver comentário deste artigo em B. V. JOHNSTONE, «Pope John Paul II and the War in Iraq», em *StMor* 41/2 (2003) 327-330. G. Weigel é presidente do *Ethics and Public Policy Center*, tendo participado em 1984-85 do *Woodrow Wilson International Centers for Scholars*.

consumo, cada um escolhe a questão moral como se escolhe um produto no supermercado. M. Novak esqueceu de acenar o artigo 2313 mais adiante no Catecismo: «Os atos deliberadamente contrários aos direitos dos povos e a seus princípios universais, como as ordens que os determinam, constituem crimes. Uma obediência cega não é suficiente para escusar os que se lhe submetem»⁹⁶.

M. Novak, no seu artigo, exalta a razão da legitimidade da guerra a partir de um número do Catecismo, sem levar em consideração o conjunto da orientação do Catecismo sobre a guerra⁹⁷. Dentre os trabalhos citados, o mais elaborado seria o de G. Weigel, onde procura a partir dos critérios da guerra justa justificar a legitimidade do uso da força nessa guerra específica, porém sua fundamentação histórica parece fraca e não confirmada, como as indicações de ligação de Osama Bin Laden com Saddam Hussein. A sua posição de apoio aos Estados Unidos parece ser marcada exageradamente por uma visão de defesa do próprio país⁹⁸.

2.4. *Leitura da guerra preventiva a partir dos critérios da guerra justa*

Consideramos que muitos são os problemas que podem ser analisados nessa guerra, mas aquele que poderia ser deixado por vencido – a questão da legitimidade - deveria retornar à tona, porque está ligado às suas conseqüências político-econômico-sociais. A seguir, fazemos a nossa leitura dos acontecimentos à luz dos critérios da Teoria da Guerra Justa.

⁹⁶ *CdIC* 2313.

⁹⁷ Cf. A partir da orientação do Catecismo da Igreja Católica, a *Civiltà Cattolica* e os Bispos dos EUA se colocaram em linha oposta a de M. Novak: «No a una guerra 'preventiva' contro l'Iraq» editoriale, *cit.*, 115-116.

⁹⁸ Cf. B. V. JOHNSTONE, *op. cit.*, 329-330; B. DOERING, «The Theocons and Maritain in America», em *Notes et documents* 1 (2005) 61-71.

2.4.1. *Causa justa - Agressão injusta*

São indicadas três grandes possibilidades de causa justa para uma guerra: defesa, reparação de um dano e, punição. A atenção que deve ser feita é que a defesa é considerada como resposta a uma agressão injusta, agir sem primeiro ser agredido. Ao invés de ser uma defesa se torna uma agressão, e agressão deveria ser em ato, senão seria também considerada como uma vingança. Atualmente existe a orientação de se reduzir as causas justas àquelas consideradas de defesa⁹⁹.

Os atentados contra o *WTC* deram motivos para se desencadear uma «guerra» contra o terrorismo, sendo que Saddam Hussein foi acusado de ter prováveis ligações com Bin Laden, o qual foi responsabilizado em primeira mão pelo atentado contra o *WTC*. Pesavam também contra o Iraque acusações de procurar urânio na África, de estar envolvido com o problema de antrax nos EUA e de ser ameaça com os mísseis Scud.

Dentre as diversas justificativas para se atacar o Iraque, foi a posse de armas de destruição em massa que constituiu a principal argumentação do governo estadunidense para sustentar que era necessário atacar e depor Saddam Hussein, porque essa posse indicava a possibilidade de uma ameaça iminente.

Sobre a não-ligação do Iraque com a *Al Qaeda*, atualmente a melhor palavra é a do próprio presidente dos EUA, W. Bush: «não há nenhuma prova de que Hussein esteve envolvido nos ataques de 11 de setembro»¹⁰⁰. A compra de urânio do Níger por parte do Iraque foi negada pelo embaixador dos EUA no Níger, J. C. Wilson¹⁰¹. Sobre antrax, a argumentação não vingou¹⁰².

⁹⁹ CONFERENZA EPISCOPALE TEDESCA, «Effetto della giustizia sarà la pace», em *Il Regno - documenti* 11 (1983) 357-379, aqui 366.

¹⁰⁰ C. E. L. SILVA, «Contradições na cobertura jornalística», em *Política Externa* 12/3 (2003-2004) 5-25, aqui 21.

¹⁰¹ Cf. C. BERTRAM, «O interesse da Europa é manter-se ao lado do número um», em *Política Externa* 12/2 (2003) 45-41, 36.

¹⁰² Cf. J. PILGER, *op. cit.*, 140.

Na linha de explicação de K. Pollack, a ação contra Saddam estava ligada não com os atentados terroristas, mas com os rumos da política dos EUA para o Iraque desde 1991. Fez referência à linha mais agressiva na política que considerava que o perigo iminente era para depois de 15 anos¹⁰³.

A afirmação de que existiriam depósitos com armas nucleares escondidas não era consistente, porque os raios gama produzidos pela produção de arma nuclear são detectáveis por aparelhos de inspeção. Pela afirmação dos inspetores, o Iraque estava desarmado sem precedentes na história, não tendo como cometer uma agressão em ato, nem como ser uma ameaça iminente¹⁰⁴.

O Iraque cedeu o acesso aos palácios presidenciais e aos outros lugares anteriormente não aceitos, permitiu entrevistas com os principais cientistas e propôs novos métodos de avaliação da destruição das armas proibidas. D. Rumsfeld, Secretário de Defesa, considerou que a falta de provas por parte dos inspetores da ONU retratava a não-colaboração do governo de Bagdá, e o fato de não haver provas não significava que o Iraque não era culpado¹⁰⁵.

Se alguma prova fosse encontrada, haveria uma mínima possibilidade de se fundamentar a defesa da ação contra o Iraque, mas o que ocorreu foi uma total falência nessa tentativa. Não ocorrendo uma primeira agressão, não existe sentido analisar os outros critérios da legítima defesa, e por isso nos limitaremos ao critério de proporcionalidade.

2.4.2. *Autoridade competente*

A questão sobre a autoridade para se declarar essa guerra foi uma tensão ao longo do seu período precedente. A partir dos critérios apresentados, a autoridade competente, no caso, para legitimar o uso da força não seria a soberania dos Estados, mas o

¹⁰³ Cf. K. M. POLLACK, «Próxima parada: Bagdá?», *Política Externa* 11/1 (2002) 25-40, aqui 34.

¹⁰⁴ Cf. N. M. AHMED, *op. cit.*, 127.

¹⁰⁵ Cf. G. J. IKENBERRY, «A ambição imperial», em *Política Externa* 11/3 (2002-2003) 22-38, aqui 28-29.

Conselho de Segurança das Nações Unidas. Pelo que se compreende das resoluções, não existiu a concessão para o uso da força, faltando a resolução que definiria quais seriam essas «graves conseqüências» referidas na Resolução 1441, sendo a guerra iniciada à margem da Carta das Nações Unidas.

Cabe uma observação sobre a autoridade do Conselho de Segurança. Segundo O. Höffe, o direito de veto das cinco potências entra em contradição com o que se reza na Declaração Universal dos Direitos Humanos, quando no seu preâmbulo aborda os direitos iguais de todos os povos¹⁰⁶. Surgem propostas por maior democracia na ONU, como aumento dos participantes do Conselho permanente, com assentos para novos países, para representantes das ONG's, dos povos indígenas, e do mundo árabe¹⁰⁷, e acreditamos que um processo de maior participação daria à entidade uma maior legitimidade nas suas decisões diante da opinião pública mundial¹⁰⁸.

2.4.3. *Último recurso*

Existiriam outras possibilidades antes de se fazer o apelo à força?

O monitoramento dos inspetores da ONU conseguiu levar adiante uma vasta desestruturação do potencial militar, sem provocar o efeito colateral na população civil, demonstrando ser mais eficaz que a ação das bombas ditas inteligentes. Por isso, foi ponderado que ainda restava espaço para o trabalho dos inspetores da ONU¹⁰⁹.

2.4.5. *Reta intenção*

Diversas foram as intenções indicadas como justificativas dessa guerra. As opiniões em uma perspectiva de retas intenções eram: ajudar o país a sair da ditadura; implantar a democracia; lutar

¹⁰⁶ O. HÖFFE, *O que é justiça?*, EDIPUCRS, Porto Alegre 2003, 138.

¹⁰⁷ L. VIEIRA, *Cidadania e globalização*, Record, Rio de Janeiro – São Paulo 1999, 125-126.

¹⁰⁸ GS 31.

¹⁰⁹ Cf. M. WALZER, *Sulla Guerra*, Laterza, Bari-Roma 2004, 144.152-155.160.

contra o terrorismo; lutar contra a tirania; levar a liberdade para o mundo, e intervir humanitariamente.

Outras, ao contrário, indicaram a existência de razões negativas, como: preconceitos e desejos de vingança; acerto de contas entre a família Bush e Hussein; posse da riqueza do petróleo iraquiano; domínio de uma área estratégica do mundo; defesa dos interesses vitais dos EUA; e necessidade de não parar a indústria de armas.

A grande dificuldade do critério de reta intenção é o problema da subjetividade, embora certas justificativas demonstrem objetivamente uma ordem bastante contraditória. Segundo o governo de Washington, influenciar a política de um governo através da intimidação ou da coerção, assim como orientar a conduta de um governo recorrendo ao assassinato ou seqüestro de pessoas é terrorismo.

2.4.6. *Possibilidade de vitória*

Alguns militares do Pentágono consideraram que a Guerra contra o Iraque poderia ser adiada ou não ser realizada, indicando que a resistência poderia estabelecer-se nas formas de guerrilhas, colocando dúvidas sobre a possibilidade de vitória desse ataque. Os militares britânicos, por sua vez, alertaram que a Guerra contra o Iraque estava fadada ao fracasso e iria proporcionar mais voluntários para a *Al Qaeda*¹¹⁰.

2.4.7. *Proporcionalidade*

Normalmente os princípios do *ius in bello* são possíveis de serem analisados somente depois de iniciada a guerra, porém somos de opinião de que nos seus momentos precedentes já existiam alguns fatos relacionados à proporcionalidade e à discriminação.

O *princípio de proporcionalidade* estaria ligado diretamente ao uso dos meios que não provocassem maior mal do que aquele sofrido. Uma das formas de se calcular a proporção está ligada ao

¹¹⁰ Cf. M. RAI – N. CHOMSKY, *op. cit.*, 302.

cálculo do número de mortes da agressão e da resposta de defesa. O dano sofrido dizia respeito aos atentados contra o *WTC*, os quais consumiram em torno de 3.021 vítimas, nos dados de 10.9.2003¹¹¹ e a resposta de defesa estaria ligada àquele número de mortes.

Existem outras maneiras de ver a proporcionalidade. Alguns consideram os danos não só quanto às perdas humanas, mas de ação contra símbolos culturais. No caso dos atentados contra o *WTC* foram atacados símbolos de luta da liberdade pelo auto-perfeioamento de uma sociedade pluralista da economia de mercado por moral divergente do Ocidente¹¹². Essa se baseia em posição subjetiva não mensurável, dando a possibilidade de qualquer resposta não comedida.

No fato de o Iraque se encontrar desarmado pela ONU e ter que enfrentar o poderio bélico descomunal dos EUA coloca-se de forma nítida a desproporção. Com a falta de agressão por parte do Iraque destrói-se todo o edifício em que possam ser apresentadas as justificativas de aplicação do critério de proporcionalidade.

2.4.8 Discriminação

Quanto ao *critério de discriminação*, no período posterior à Guerra do Golfo, os pilotos da RAF confirmaram ataques a civis e a alvos não militares, comprovando que não era aplicado o princípio de discriminação de não combatentes¹¹³.

As bombas em cachos e de fósforo¹¹⁴, proibidas pelos acordos internacionais, provocam problemas tanto no nível da

¹¹¹ Cf. «Novo balanço mostra que no atentado de 11/9 mataram 3.021 pessoas» editorial, em *Folha.online*, 10.9.2003, URL <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/ult94u62897.shtml>.

¹¹² Cf. F. SCHÜLLER – T. GRANT, em *Current History*, abril 2002 citado por N. CHOMSKY, *op. cit.*, 207.

¹¹³ Cf. J. PILGER, *op. cit.*, 74-79.

¹¹⁴ Cf. Sobre as bombas em cacho, o *Corriere della Sera* trouxe as seguintes observações: «L'effetto è sempre quello: corpi mutilati, frammenti umani dispersi per decine e centinaia di metri, incendi che divorano tutto. Le *cluster bombs* o bombe a grappolo sono piccole piccole come i paracaduti che le guidano verso terra: hanno un nome quasi romantico, BLU-97, ma sono anche

proporcionalidade como no da discriminação. Caso trágico do uso de bombas incendiárias foi o ocorrido com o retorno das tropas do Iraque a Bassora na primeira Guerra do Golfo¹¹⁵. O uso de bombas *cluster* é um típico problema de ação direta contra civis. Se elas foram usadas de forma alarmante no período anterior à guerra preventiva, nada garantia que não fossem novamente utilizadas.

Conclusão

Não é suficiente afirmar que uma guerra seja justa ou não, de legítima defesa ou não. É preciso explicitar a justificação racional ou não do recurso bélico e fazemo-la a partir dos critérios da Teoria da Guerra Justa.

Existe uma tensão constante no que diz respeito a um dos princípios da Teoria da Guerra Justa, que é o da autoridade competente para declarar a guerra. A presente pesquisa reforça a autoridade de um árbitro internacional dentro dos conflitos

gli ordigni piu micidiali perché lanciando a mezz'aria dalle 147 alle 2022 «lattine» imbottite di esplosivo – distribuiscono una morte cieca, a raggiera, in un'area grande come numerosi campi di calcio. Esplodono un secondo, un giorno, o un anno dopo. E sono anche gli ordigni di cui più si vergogna [...] Anche due marines americani sono morti in questi giorni per aver messo il piede su una *cluster* inesplosa. Ma sono le morte dei civili, naturalmente, quelle che tormentano di più chi ha il potere di decidere. [...] Però precisa anche, attraverso il capitano Frank Thorp: «Le bombe a grappolo sono armi molto efficaci. Proteggere i civili è certo importante. Ma insomma, siamo chiari: le armi sono progettate per la guerra. Non esiste un'arma che non provochi un danno [...] Le organizzazioni umanitarie internazionali non hanno dubbi: «Gli Stati Uniti non dovrebbero usare queste armi – affermano l'americano Human Right Watch e il Gruppo diritti umani di New York - Sono state dichiarate illegali dalla Convenzione di Ginevra. Così si mette in pericolo la vita di migliaia di civili anche per il futuro» [...] L'Unicef lancia un altro allarme: «Le confezioni delle razioni di cibo distribuite dagli angloamericani sono gialle: come le bombe a grappolo» [L. OFFEDDU, «Bombe a grappolo – l'ora delle accuse 'Armi vigliacche'», em *Corriere della Sera*, 4.3.2003, 8].

¹¹⁵ Cf. Sobre a proibição do uso desse tipo de bomba: GENEVA CONVENTIONS, *Prohibitions or Restrictions on the Use of Incendiary Weapons, Protocol III*, 10.10.1980, em W. M. REISMAN – C. T. ANTONIOU (ed.), *The Laws of War*, Vintage Books, New York 1994, 54-55.

existentes, que atualmente se expressa nas Nações Unidas e, apesar dos pesares, através do seu Conselho de Segurança.

Fica a pergunta: Não seria a estrutura do veto no Conselho de Segurança fonte de terrorismo internacional, quando o veto impede expressões de justiça nos povos, e os interesses das grandes potências levam à impunidade em diversas situações, levando um clima de revolta por parte daqueles que são prejudicados e não acreditarem no papel do Conselho de procurar ações de fatos humanitários para os diversos povos?

A análise da guerra contra o Iraque indica, por não ser guerra de defesa, que é de agressão. Destarte, é uma ação que se colocaria contrária ao atual Direito Internacional naquilo que indicaria como legítimo.

A nossa proposta de leitura é que a Teoria da Guerra Justa não serve para legitimar a guerra preventiva contra o Iraque, e este uso da força apresenta-se como uma guerra de agressão.

* *Prof. Dr. Pe. Marcos Mendes de Oliveira*
Doutor em Teologia Moral pela Academia Alfonsiana – Roma
Prof. ITEP e ICRE